

Um panorama histórico da Índia contemporânea: gêneses e desafios políticos, econômicos e religiosos numa democracia asiática pós-colonial

Matheus Landau de Carvalho*

GANGULY, Šumit; MUKHERJI, Rahul. *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014, 216p.

Publicada originalmente pela Cambridge University Press em 2011, a obra *A Índia desde 1980*, escrita pelos cientistas políticos Šumit Ganguly e Rahul Mukherji, se baseia em mudanças na política externa e interna, no projeto de secularismo, nas agendas da política econômica e na mobilização social para a compreensão da democracia pós-colonial do Estado-Nação indiano a partir de 1980. Sustentando-se em fontes historiográficas, econômicas, diplomáticas, militares, antropológicas, jornalísticas e políticas, advindas tanto de suporte oral quanto impresso, os autores não se limitam a tratar a história da Índia exclusivamente a partir do ano de 1980, contemplando também uma organização teleológica de problemas estruturais do passado.

Os autores iniciam o primeiro capítulo (*Quatro revoluções e o futuro da Índia*) destacando a concomitância e sincronia de quatro processos estruturais na Índia desde a década de 1980, quais sejam, a mobilização político-partidária, o secularismo pós-colonial, a política externa e a elaboração de políticas econômicas, dedicando-se, também, à análise das causas que levaram ao estabelecimento destes processos, desde os ministérios de Jawaharlal Nehru (1947-64) e Indira Gandhi (1966-75, 1980-84). Ganguly e Mukherji discutem como a democracia indiana tem sido configurada por governos de coalizão refletindo uma

* Bacharel e licenciado em História com habilitação em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2009. Especialista – 2010 – e mestre – 2013 – pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, pela mesma Universidade. Email: matheuslcarvalho@ig.com.br.

nova distribuição difusa do poder político, e os impactos sentidos por um surto inaudito de ativismo judicial e pela Lei do Direito à Informação, com uma crescente mobilização das classes baixas. Os cientistas políticos tratam da maneira pela qual o projeto de Estado secular tem resistido às pressões de minorias religiosas e de críticas tanto da direita quanto da esquerda. Os autores também mencionam a forte intervenção do Estado na economia nas décadas de 1970 e 1980 e alguns de seus efeitos colaterais, indicando, inclusive, as principais preocupações militares do Estado indiano durante e após o período da Guerra Fria, principalmente acerca do programa nuclear. Ganguly e Mukherji apontam para uma perspectiva de consolidação da democracia indiana devido a uma liberalização econômica operando em favor de um federalismo mais profundo e completo, assim como ao advento de uma participação popular mais ampla e efetiva nas últimas três décadas.

Com o objetivo de enfatizar a estrutura e a ação das transformações da política externa indiana desde 1980 sem a pretensão de uma análise exaustiva e aprofundada, o Capítulo 2 (*A transformação da política externa indiana*) começa com um breve histórico da postura diplomática indiana durante a Guerra Fria, principalmente no dilema estrutural vivido por líderes indianos com a ocupação soviética do Afeganistão em 1979. Os autores expõem os motivos da mudança das diretrizes diplomáticas do Estado indiano com o Estado de Israel após a Guerra Fria, independentemente do partido no poder. Ganguly e Mukherji analisam as relações entre discurso e prática política da Índia num contexto de limitado espaço de manobras diplomáticas em suas relações com o Paquistão na década de 1970, apontando, também, para fatores externos (Guerra Fria) e internos (conflitos militares na Caxemira) ao subcontinente indiano que influenciaram a política militar da Índia a partir da eleição de Rajiv Gandhi em 1984 para o cargo de Primeiro-Ministro.

Os cientistas políticos indicam as perspectivas futuras de diálogo diplomático entre Índia e Paquistão após recentes processos de nuclearização e atentados terroristas na região, malgrado algumas iniciativas esparsas de paz. Ganguly e Mukherji traçam um breve histórico diplomático e militar da Índia com a China desde 1962, ressaltando suas oscilações e apontando para um horizonte de incertezas segundo alguns fatos recentes nesta relação. Os autores também analisam continuidades e rupturas nas relações indo-norte-americanas, consideravelmente pontuadas por questões nucleares e militares com o Paquistão, constatando uma política de ambiguidade nuclear da Índia nos últimos trinta anos, além de considerar os principais aspectos diplomáticos da Índia nas esferas militar e política no âmbito da Associação de Nações

do Sudeste Asiático (ANSA) desde 1979, bem como suas relações com o Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares de 1992.

No Capítulo 3 (*A transformação econômica*) os autores procuram compreender como o Estado indiano, cada vez mais deficitário com os grupos empresariais, os pobres e as castas inferiores, promoveu a competitividade e o desenvolvimento humano, e encarou, além disso, os desafios enfrentados pela manutenção do crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. Após um breve histórico da economia indiana (1947-74), segundo as políticas agrária, industrial e cambial na esteira de uma economia mista, os cientistas políticos explicam como o licenciamento industrial e a presença de multinacionais orientaram o processo de industrialização na Índia a partir dos anos de 1980, aludindo, inclusive, a conflitos entre agricultores e medidas governamentais com relação a preços e subsídios.

Ganguly e Mukherji apresentam determinantes contextuais e estatísticas que configuraram a educação, a saúde pública e a pobreza na Índia até a década de 1980, elencando os fatores que constituíram o descompasso entre mobilização de recursos e gastos governamentais de uma economia fechada que levaram à crise fiscal de 1991. Os autores apontam a desregulamentação econômica gradual, a expansão do setor privado e a promoção do comércio e da exportações como as características determinantes e bem sucedidas de superação da crise econômica a partir de 1991, que encontra na expansão de multinacionais indianas no mercado global após o ano 2000 seu principal resultado. Os cientistas políticos discutem como a necessidade de promover a eficiência mediante a ameaça de outra crise financeira auxiliou na disciplina e na produtividade dos mercados de ações do setor de telecomunicações e de empresas privadas de aviação na Índia, assim como os principais desafios do desenvolvimento que a Índia ainda enfrenta, principalmente na geração de eletricidade, crescimento agrícola e qualidade de vida social, apontando, também, para os motivos do sucesso econômico experimentado pela Índia nos últimos quinze anos dentro de um quadro democrático de direito estabelecido.

Além de traçar as origens, elencar as principais manifestações e abordar as consequências de uma vigorosa mobilização política que ganhou força na Índia nos últimos trinta anos, Ganguly e Mukherji explicam, no quarto capítulo (*A mobilização política*), como a relação entre a mobilização política nas demandas sociais e a capacidade das instituições de responder-lhes tornaram as eleições na Índia imprevisíveis. Os autores analisam a influência das castas, do Partido do Congresso, de partidos políticos regionais e de agricultores nas configurações eleitorais e iniciativas do Estado nos ministérios de Indira Gandhi e Rajiv Gandhi.

Os cientistas políticos apresentam as mudanças no jogo político-eleitoral com a eleição de V. P. Singh em 1989 e seu novo plano de ação afirmativa baseado no Relatório da Comissão Mandal, tratando do colapso do Governo da Frente Liberal a partir da mobilização de partidos políticos e do fundamentalismo hindu.

Os autores descrevem as principais diretrizes antisseculares do Bharatiya Janata Party [Partido do Povo Indiano], doravante BJP, hinduísta e com exaltadas tendências patrióticas, como maioria no parlamento indiano na década de 1990, explicando, além disso, os motivos que levaram às vitórias do Partido do Congresso nas eleições de 2004 e 2009 malgrado a ausência de um aumento significativo de sua popularidade. Por fim, Ganguly e Mukherji apontam para as principais características constituintes da onda de mobilização na história indiana recente, assim como as perspectivas políticas que se abrem para o futuro próximo da Índia.

Os autores iniciam o quinto capítulo (*O secularismo indiano desde 1980*) traçando um breve histórico da democracia e do secularismo como projetos constitucionais de uma Índia pós-colonial irrevogavelmente composta de fortes identidades religiosas e comunitárias, dedicando-se, além disso, à análise do enfraquecimento institucional do secularismo num contexto de declínio do Partido do Congresso na década de 1960 e durante os dois ministérios de Indira Gandhi, transformando o BJP no principal bastião antissecular pró-hindu na Índia das últimas décadas.

Os cientistas políticos expõem as causas de vários ataques na década de 1980 envolvendo prerrogativas religiosas entre sikhs e hindus num contexto de fortes mobilizações políticas de massa na Índia, discorrendo sobre as relações entre o projeto secular da constituição indiana e as tradições normativas de comunidades religiosas não-hindus, analisando, inclusive, disputas políticas e desdobramentos eleitorais em torno de um problema histórico na construção de uma mesquita onde outrora havia sido um templo hindu, em Ayodhyā, no estado de Uttar Pradesh. Apesar da estrutura constitucional do secularismo permanecer intacta, os autores apontam para fatores que ameaçam seu exercício efetivo, como as pressões eleitorais e paramilitares do BJP, as influências políticas no sistema educacional, e as organizações de castas no contexto eleitoral indiano.

Ganguly e Mukherji iniciam o sexto capítulo (*A trajetória indiana – promessas e desafios*) indagando se seria possível consolidar uma democracia num país tão populoso, diversificado e pobre sem uma classe média consistente. Após um elogio à visão liberal de Mahātma Gandhi, J. Nehru e B. Ambedkar na fundação e manutenção das instituições

democráticas pós-coloniais, os autores discorrem sobre as perspectivas da mobilização política na Índia segundo a necessidade de combate à fome, ao analfabetismo e à corrupção, especialmente em nível regional, e a influência cada vez maior das castas, das classes inferiores e de grupos fundamentalistas nos rumos eleitorais, além da oscilação entre políticas de garantia de direitos fundamentais de cidadania inclusiva e políticas populistas num âmbito federal.

Os autores ressaltam as recentes intervenções judiciárias na garantia de direitos básicos à educação e alimentação, assim como os desafios oferecidos pela corrupção nas campanhas políticas. Ganguly e Mukherji não só apontam para os obstáculos ao projeto secularista na Índia, carente de convicção e autenticidade em nome de exigências eleitorais, mas também analisam como o caso do rápido crescimento econômico indiano nos últimos vinte e cinco anos foge à regra geral de outros casos recentes bem sucedidos na Ásia, muito por conta de reformas industriais, comerciais e financeiras conduzidas por tecnocratas indianos, considerando igualmente os desafios nos setores portuário, energético, trabalhista, alfandegário, além das telecomunicações e aquisição de terras. Por fim, os autores ressaltam a importância de uma política nuclear para a Índia no contexto mundial de hoje, cenário no qual os partidos indianos almejam uma ordem global multipolar que permita uma autonomia estratégica da Índia.

No Prefácio à edição brasileira, Claudio Pinheiro critica a maneira pela qual os autores enxergam a consciência e mobilização políticas de classes e castas inferiores na Índia desde o período colonial, assim como o modo pelo qual identificam equivocadamente processos de secularização como condição irrevogável de modernidade no caso indiano. Além disso, Pinheiro destaca o mapeamento da história diplomática e das agendas da política externa indiana pós-independência, assim como a abordagem da recente história econômica da Índia como os principais pontos positivos da metodologia aplicada na obra.

O livro *A Índia desde 1980* destaca-se por uma redação clara e fluente que permite tanto ao leitor já inserido em pesquisas sobre a Índia quanto àqueles não familiarizados com suas temáticas específicas um acesso qualificado às propostas e objetivos aos quais a obra almeja. Os autores conseguem coordenar suficientemente não apenas os campos que servem como objeto de estudo e análise, como também os instrumentais técnicos necessários para uma abordagem precisa dos dados trabalhados, sejam estatísticos, políticos ou culturais. Uma importante contribuição historiográfica para um mercado editorial que carece de estudos quali-

ficados sobre a Índia como um todo em língua portuguesa, seja em sua história antiga, seja em sua história contemporânea pós-colonial.

Recebido em: 31 de dezembro de 2015.

Aceito em: 27 de julho de 2016.